

## INSTITUTO DA LÍNGUA PORTUGUESA DA UNIVERSIDADE NACIONAL TIMOR LOROSA'E: MISSÃO E AÇÃO

Rui Ramos

### A diversidade biocultural no discurso académico

O panorama linguístico de Timor-Leste, como o de outros países e áreas desta região do globo e de outras regiões, é fortemente caracterizado por uma avassaladora diversidade. Num território muito restrito, é possível identificar um conjunto alargado de línguas, dialetos e variantes, que constituem um quebra-cabeças para qualquer decisor político que tenha de configurar o país com unidade e coerência, mas também um desafio muito aliciante para quem queira olhar para a realidade timorense como um laboratório linguístico vivo e atual.

Questões como esta têm sido objeto de análise e reflexão, pelo menos desde a década de '90 do século passado, por estudos que configuram a diversidade biocultural e que vêm dando importância à articulação entre língua, cultura e ambiente natural (ou território). O assunto não pode ser encarado de forma simplista, identificando laços de correlação deterministas, mas reconhecendo a complexidade das mútuas influências. Ainda assim, Luisa Maffi aponta alguns fatores climáticos e geográficos que condicionam globalmente todos os tipos de diversidade:

baixa latitude, altos índices de pluviosidade, temperaturas altas, litorais e montanhas têm sido repetidamente identificados como manifestando correlações positivas entre alta diversidade linguística e alta diversidade biológica. Latitudes mais elevadas, planícies e climas mais secos tendem a correlacionar-se com menor diversidade em ambos os domínios (2007: 270)<sup>1</sup>.

A diversidade biocultural é entendida como: “a diversidade da vida em todas as suas manifestações – biológicas, culturais e linguísticas – que estão inter-relacionadas (e possivelmente evoluíram de modo articulado) dentro de um sistema adaptativo socioecológico complexo” (idem, *ibidem*: 269).

Na sequência do interesse que surgiu em estudar as relações entre as diversidades linguística, cultural e biológica e as respetivas distribuições à escala global, impôs-se a consciência das ameaças comuns que aquelas enfrentam. A alarmante constatação é que a perda da biodiversidade global em curso é acompanhada por e parece articulada com a "crise de extinção" que afeta a diversidade linguística e cultural (idem, *ibidem*). Ou seja, enquanto a biodiversidade vem sendo afetada e limitada, também, nas mesmas regiões do globo onde isso acontece, vem sendo perdida diversidade linguística e cultural. E os dois fenómenos parecem combinar-se entre si, o que leva Harmon (1995) a falar de "crises convergentes de extinção". Krauss (1992) sustenta que, em 2100, a perda de diversidade linguística terá levado ao desaparecimento de 50% a 90% das mais de 6.000 línguas existentes<sup>2</sup>. Estas previsões são corroboradas por outros cientistas, como Gorenflo *et al.* (2012) por exemplo, que afirmam que,

no início do século XXI, a biodiversidade global está a sofrer uma crise de extinção, com estimativa de perdas anuais de espécies de plantas e animais pelo menos 1.000

---

<sup>1</sup> Todas as citações foram traduzidas para língua portuguesa para facilidade de leitura. As citações de originais em língua portuguesa viram atualizada a sua grafia seguindo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990.

<sup>2</sup> Segundo o sítio Ethnologue (<http://www.ethnologue.com>), existem atualmente 7.102 línguas no mundo.

vezes maiores do que os dados históricos precedentes. A diversidade linguística sofre uma crise similar. O desaparecimento de línguas, em algumas áreas como as Américas, atingiu os 60% ao longo dos últimos 35 anos (2012: 8032).

Estes autores afirmam a existência de uma correlação significativa entre “pontos quentes” (*hotspots*) de biodiversidade (regiões caracterizadas por ocorrências excepcionalmente altas de espécies endêmicas e por perdas de, pelo menos, 70% do seu habitat natural) e regiões de grande diversidade linguística. Identificam 35 *hotspots* de biodiversidade no mundo nos quais se concentram 3.202 línguas, quase metade das atualmente existentes. Citam explicitamente, entre estes casos, o da Wallacea, área geográfica onde se inclui Timor-Leste, com mais de 250 línguas autóctones. Na figura 1, apresenta-se a distribuição geográfica de línguas autóctones e não migrantes no mundo (dados de 2009):

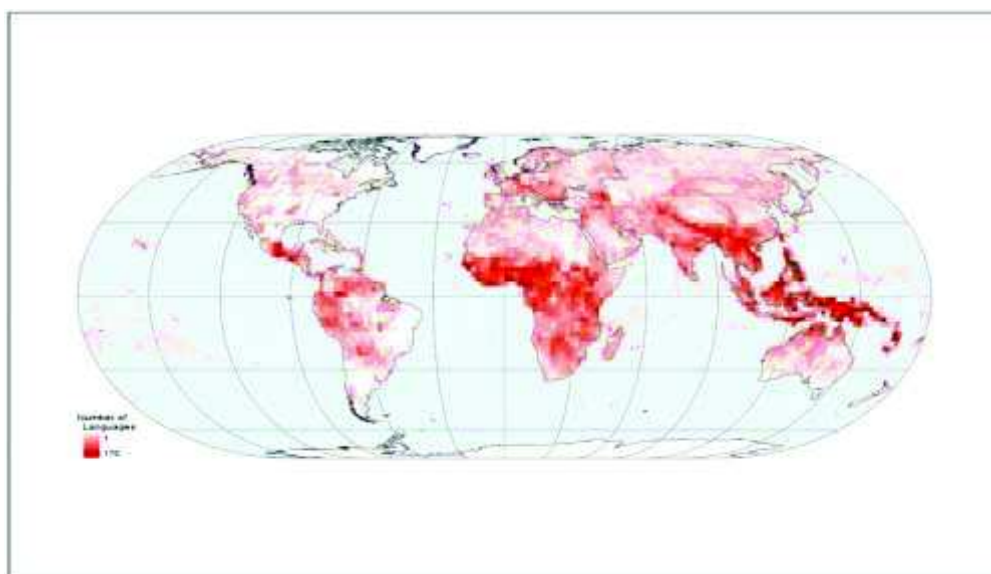


Figura 1 – distribuição geográfica de línguas autóctones e não migrantes no mundo (GORENFLO *et al.*, 2012: 8033).

A figura 2 apresenta a área geográfica que corresponde à Wallacea onde, como foi afirmado, Timor-Leste se inclui:



Figura 2 – “Wallacea”. Licenciado sob GFDL, via Wikimedia Commons - [http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Indonesia\\_Wallacea.svg#/media/File:Indonesia\\_Wallacea.svg](http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Indonesia_Wallacea.svg#/media/File:Indonesia_Wallacea.svg) (consultado em 7/4/2015)

A figura 3 apresenta um quadro geral da diversidade de plantas e de línguas no mundo. Como pode verificar-se, as zonas mais ponteadas a preto são aquelas onde há maior diversidade linguística e pode constatar-se que correspondem largamente às zonas de maior diversidade vegetal (marcada com cor mais escura).

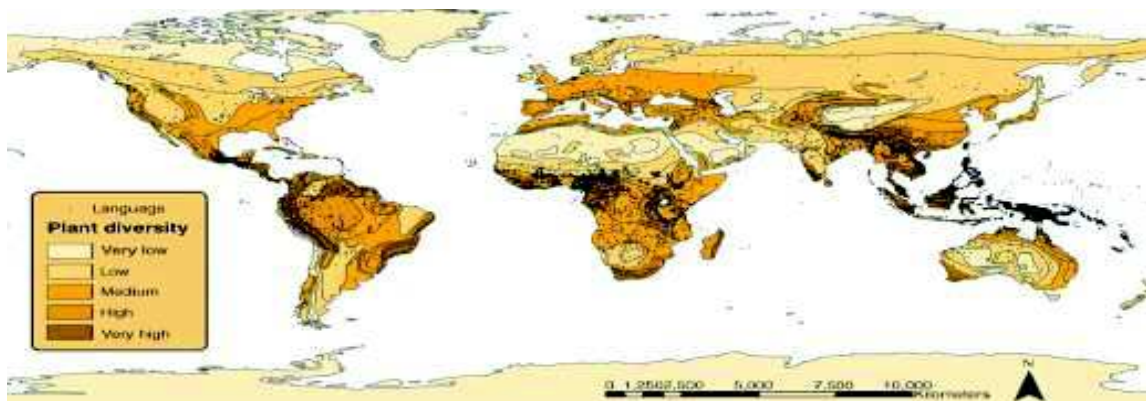


Figura 3 - diversidade vegetal e diversidade linguística (Stepp *et al.*, 2004, apud Maffi, 2005: 619)

Outros autores têm vindo a afirmar a existência de correspondência significativa entre as diversidades biológica e linguística, como Nettle (2000), Oviedo, Maffi e Larsen (2000), Moore *et al.* (2002), Sutherland (2003), Maffi (2007) ou Grant (2012)<sup>3</sup>, por exemplo, têm apontado, de diversas formas, para os riscos das "crises convergentes de extinção", na expressão de Harmon (1995).

Dado este cenário, Harmon (2002) pergunta: se a diversidade natural e cultural do mundo está, de facto, a diminuir rapidamente, porque devemos preocupar-nos? E responde, apontando a diminuição da diversidade biocultural como fator de risco de estancar o fluxo histórico e os processos evolutivos que criaram o mundo tal como o conhecemos. Para Harmon, a percepção da diversidade é condição básica para o funcionamento da consciência humana e existe um imperativo moral de preservar a diversidade e lutar não pela uniformidade, mas pela *unidade na diversidade* (MAFFI, 2005).

*Mutatis mutandis*, esta posição parece corresponder ao desígnio político de Timor-Leste. A este propósito, ocorre a memória de uma inscrição (um *graffiti*) que existia na parede exterior do Estádio de Díli, no centro da capital, feito após uma época de tumultos sociais em 2006, e que aí permaneceu por vários anos, que apelava à unidade nacional clamando "Timor ida deit"<sup>4</sup>. Na época, os tumultos e os atos de vandalismo e de fogo-posto encontraram uma explicação, fundamentada ou forjada, em diferenças entre "loromonu" e "lorosa'e", habitantes de duas grandes áreas de Timor-Leste. A resposta política e social para tentar ultrapassar a crise foi apelar à unidade do povo timorense, sem se pretender anular as diferenças – *unidade na diversidade*. Reconhecia-se implicitamente que o povo timorense é um todo desigual, feito de múltiplas diversidades ao nível biocultural, feito de práticas culturais e linguísticas heterogéneas, num território marcado por biodiversidade, mas insistia-se igualmente na união de todos, na coerência do todo nacional, na existência de traços históricos, religiosos, linguísticos, de conceptualização do mundo e de sentimento de pertença comum que a todos congrega em torno de um projeto partilhado: o de construir um país, uma comunidade.

<sup>3</sup> Esta obra recente, apresentando uma espécie de "estado da arte" do assunto, apresenta um largo conjunto de referências (mais de 80) que podem ser úteis aos interessados.

<sup>4</sup> "Timor é um só".

## A diversidade biocultural no discurso institucional global

Nesta equação, o respeito pela diversidade biocultural terá de ser equacionado, como muitos académicos vêm apontando. Não só os académicos, porém. Também os decisores políticos a nível global reconhecem crescentemente o papel primordial da diversidade biocultural na construção e preservação da identidade dos povos.

É nesse sentido que se orienta a Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, aprovada pela Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) em 2005. No seu Artigo 4º, a Convenção esclarece que a diversidade cultural se refere à “multiplicidade de formas em que se expressam as culturas dos grupos e das sociedades”. No seu preâmbulo, afirma-se explicitamente que “a diversidade cultural é uma característica essencial da Humanidade”; que esta “deve ser valorizada e preservada em benefício de todos”, na medida em que “gera um mundo rico e variado, que alarga as possibilidades de escolha e nutre as aptidões e os valores humanos, constituindo, portanto, um motor fundamental do desenvolvimento sustentável das comunidades, dos povos e das nações”; que “se desenvolve num quadro de democracia, de tolerância, de justiça social e de respeito mútuo entre os povos e as culturas, (...) [sendo] indispensável à paz e à segurança a nível local, nacional e internacional”. Reconhece-se que “a diversidade linguística é um elemento fundamental da diversidade cultural” e reafirma-se “o papel fundamental que a educação desempenha na proteção e na promoção das expressões culturais”.

Reconhece-se igualmente nessa Convenção que

os processos de globalização, facilitados pela rápida evolução das tecnologias da informação e da comunicação, se, por um lado, criam condições inéditas de interação reforçada entre as culturas, por outro, representam um desafio para a diversidade cultural, designadamente no que se refere aos riscos de desequilíbrios entre países ricos e países pobres. (UNESCO, 2005).

No seu artigo 2º, a Convenção apresenta oito princípios pelos quais se rege:

- Princípio do respeito dos direitos humanos e das liberdades fundamentais;
- Princípio da soberania;
- Princípio da igual dignidade e do respeito de todas as culturas;
- Princípio da solidariedade e da cooperação internacionais;
- Princípio da complementaridade dos aspetos económicos e culturais do desenvolvimento;
- Princípio do desenvolvimento sustentável;
- Princípio do acesso equitativo;
- Princípio da abertura e do equilíbrio.

Estes princípios consagram a defesa do modelo democrático na organização e no governo político das sociedades, o direito de cada Estado de adotar medidas e políticas de proteção e de promoção da diversidade cultural nos seus territórios, o reconhecimento da igual dignidade de todas as culturas, a complementaridade entre desenvolvimento económico, proteção ambiental e equilíbrio sociocultural e a abertura a outras culturas – a proteção da diversidade cultural deve ser equilibrada com a adequada promoção e aceitação das outras culturas do mundo. Defender a especificidade cultural de cada povo ou grupo, incluindo as minorias étnicas ou os grupos minoritários, não significa fechamento e desconhecimento do mundo exterior, mas a assunção consciente e informada de valores e expressões culturais próprios, reconhecendo aos outros o direito de assumirem valores e expressões diferentes, desde que respeitadores dos direitos humanos.

## A diversidade biocultural como riqueza diferenciadora em Timor-Leste

O que foi apresentado acima tem por objetivo sublinhar, da forma mais veemente possível, que os timorenses possuem uma riqueza dificilmente igualável, e que essa riqueza não é o petróleo, mas um bem imaterial, pedra angular da sua identidade. A diversidade biocultural que caracteriza este povo e esta terra é, entre outros aspetos, uma marca diferenciadora e justificativa da sua independência política, um produto da sua história e uma garantia de identidade ao longo dos tempos. Essa diversidade biocultural inclui, naturalmente, um pilar fundamental: a diversidade linguística que, como foi afirmado no início desta exposição, é uma bênção, um desafio e um quebra-cabeças.

A componente mais difícil de enfrentar, o tal quebra-cabeças, prende-se essencialmente com a coesão nacional, impossível de assegurar sem elementos que, contrabalançando a diferenciação, promovam a *unidade na diversidade*. E Timor-Leste, tal como todos os restantes países do mundo, deve lutar, na medida das suas possibilidades, contra as “crises convergentes de extinção” (Harmon, 1995) que ameaçam o equilíbrio da vida.

## Papel da língua portuguesa

Neste cenário, seria possível o Estado timorense sobreviver sem língua(s) nacional/ais, que permita(m) a intercompreensão de todos os cidadãos e o acesso à informação, à educação, aos serviços do Estado?

É legítimo pensar que não. Timor-Leste, país independente e coeso, não sobreviveria sem uma ou várias línguas dominadas pela generalidade dos seus cidadãos.

Mas não seria viável que todas as línguas locais, ou a maioria delas, pudessem ser adotadas como línguas nacionais. Os motivos são muitos, mas dois impõem-se de imediato: trata-se de línguas ágrafas e nunca foram devidamente descritas e formalizadas. Aliás, essa circunstância constitui um obstáculo inultrapassável a uma ideia peregrina que fez caminho na sociedade e nos meios políticos timorenses durante vários anos, que previa o ensino da leitura e da escrita destas línguas ágrafas no início da escolaridade.

Do ponto de vista linguístico, não se trata de línguas “menores” ou “primitivas” porque, para um linguista, todas as línguas são válidas, são produto e são condicionante da sociedade que as usa. Contudo, do ponto de vista funcional e da organização do Estado, são inadequadas para servir os propósitos de garantir coesão e sentimento de pertença. Mesmo o tétum, língua cooficial ao lado do português, e hoje mais desenvolvido do que à data da independência do país, padece em larga medida desta inadequação.

Esclareça-se o conceito de “adequação”, Mühlhäusler (2001 (1983)) considera que as línguas devem apresentar os seguintes tipos de adequação: a) *adequação referencial* (a capacidade da língua de ir ao encontro das necessidades dos seus falantes como instrumento de significação referencial – ou referenciação); b) *adequação sistemática* (a capacidade de a língua constituir uma estrutura que tenda para a máxima economia e a máxima eficiência, e ter uma estrutura semântica clara e uniforme, com uma terminologia traduzível sem ambiguidades); c) *adequação social* (a língua deve ser aceitável pelo maior número possível de falantes numa dada comunidade, deve promover a unidade social e a intercomunicação e prover às necessidades presentes e futuras).

Numa outra publicação com outros autores (HARRÉ *et al.*, 1999), Mühlhäusler acrescentará a estes um outro item: a *adequação ambiental* (a capacidade de disponibilizar aos falantes recursos para estes se pronunciarem sobre questões ambientais e construírem uma relação harmoniosa com os ecossistemas).

Ora, fácil é de constatar que as línguas locais não preenchem estes requisitos. O seu uso mais ou menos forçado em circunstâncias alheias aos seus contextos de utilização históricos promoveria,



certamente, a importação massiva de léxico, construções sintáticas e valores semântico-pragmáticos com um excecional potencial de as descaracterizar rapidamente.

Fica o recurso à língua do antigo colonizador. Tal como foi opção nas antigas colónias portuguesas em África, o português, “não sendo língua de ninguém, poder ser de todos”. Ou seja, não sendo a língua de um grupo restrito, pode ser tomada como língua de todos os timorenses. A apropriação da língua portuguesa, que os timorenses foram fazendo ao longo da história, é parte da cultura timorense e fonte de muito do léxico do tétum; é também influência aos níveis fonético, sintático e semântico-pragmático.

Sendo uma língua de cultura, com um património literário extenso, evoluída e plástica, a língua portuguesa fornece aos seus falantes os instrumentos para a comunicação, cumprindo a sua função externa; contudo, como todas as línguas, tem também uma função interna: o pensamento. Com maior poder de servir o pensamento abstrato do que tétum, a língua portuguesa pode ser vista como uma fonte de desenvolvimento intelectual ao nível individual e coletivo.

Além disso, como pode ler-se no *Programa de Ação de Lisboa*, da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), o domínio da língua portuguesa “dá aos falantes de cada língua materna uma oportunidade igual de acesso e permanência no sistema educativo, capaz de promover e de reforçar a inclusão e a paz social” (CPLP, 2014). O uso da língua portuguesa estabelece ainda fortes laços com toda a comunidade lusófona, espalhada pelos vários continentes, e dá acesso a múltiplas possibilidades ao nível cultural, educativo ou de negócios na sociedade global. Note-se que a língua portuguesa é uma das mais faladas do mundo, é a que tem mais falantes nativos no hemisfério sul, apresenta grande dinamismo demográfico e é uma das três línguas contemporâneas com vocação global (ao lado do Inglês e do Espanhol). Não concorrendo nos mesmos usos e práticas culturais que as línguas locais, tem menor probabilidade de as influenciar e se sobrepor, favorecendo a preservação daquelas. Desta forma, favorece a *unidade na diversidade*.

## **Missão do ILP**

Desde 1999, a cooperação entre Timor-Leste e os países lusófonos, com natural relevo para Portugal e o Brasil, concretizou-se em múltiplos projetos e programas. A vertente da língua assumiu entre eles papel saliente.

Neste quadro de cooperação, em janeiro de 2014, foi assinado entre o Camões, Instituto da Cooperação e da Língua, I. P., e a Universidade Nacional Timor-Lorosa (UNTL) um memorando de entendimento com vista à criação, na estrutura da UNTL, do Instituto da Língua Portuguesa (ILP).

De acordo com o memorando, este organismo encontra suporte para a sua criação no reconhecimento de que o domínio da língua portuguesa pelos cidadãos timorenses constitui um vetor de grande relevo para o desenvolvimento socioeconómico do país, assim como para a sua afirmação geoestratégica no contexto regional. Poderíamos acrescentar que o domínio da língua portuguesa é um direito de todos os cidadãos timorenses, decorrente da consagração constitucional do português, ao lado do tétum, como língua nacional em Timor-Leste; e que daí decorre a obrigação de a instituição educativa nacional facultar a formação em língua portuguesa a todos os interessados, na medida dos recursos existentes.

O memorando de entendimento abre portas à construção de um projeto ambicioso e abrangente, numa perspetiva de médio e longo prazo, com uma estratégia consistente. Contempla quatro áreas de atuação, que compreendem o desenvolvimento de competências didático-pedagógicas e tecnológicas de e em língua portuguesa dos docentes da UNTL e de outras universidades; o desenvolvimento de competências em língua portuguesa dos alunos da UNTL, de funcionários públicos e da sociedade civil; o estabelecimento de parcerias para a formação em língua portuguesa em instituições universitárias dos países da região.

Estes objetivos podem ser estruturados em seis domínios: a) organização interna e funcionamento do ILP (seleção de docentes, elaboração dos estatutos, definição de projetos de investigação, alocação de recursos materiais, criação de imagem institucional e *webpage*, definição de um referencial de proficiência linguística em língua portuguesa adequado à realidade timorense); b) formação em língua portuguesa para a UNTL (para docentes, funcionários e alunos); c) formação em língua portuguesa para outras instituições de ensino superior; d) formação em língua portuguesa para a Administração Pública e restantes agentes do Estado e da sociedade civil nos vários municípios; e) promoção da língua portuguesa na sociedade (em articulação estreita com os órgãos de comunicação social, nomeadamente os públicos); f) projeção da língua portuguesa no contexto regional (com protocolos que prevejam a oferta formativa em países da região).

Estes são os domínios de atuação que podem ser definidos com base no memorando que deu origem ao ILP e que definem outras tantas linhas de atuação. Exigem planeamento atempado, visão de médio e longo prazo, constância na ação e determinação. Exigem também uma gestão atenta, ativa e consistente do instituto, com articulação eficaz entre todos os seus membros (diretor, coordenadores e professores), solidamente fundamentada no conhecimento científico acumulado e cumprindo as práticas académicas e científicas que devem nortear a ação de um instituto integrado numa universidade, espaço privilegiado da ciência.

### **Ação do ILP**

Até ao momento<sup>5</sup>, a ação do ILP tem-se concretizado num conjunto de processos e de produtos, que a seguir se apresentam por domínio.

1. No primeiro âmbito, da sua organização interna, há a assinalar a constituição de uma equipa de professores com conhecimentos específicos e/ou experiência no ensino da língua portuguesa como língua segunda/estrangeira, maioritariamente portadores do grau de mestre, de um coordenador logístico e de um coordenador científico e pedagógico com doutoramento, oriundo de uma universidade portuguesa. Contudo, a formalização do instituto no quadro da UNTL ainda não foi concretizada e o ILP não dispõe ainda de estatutos próprios.

Como trabalho de base e guia para a definição de objetivos, conteúdos e estratégias de ensino da língua portuguesa, surge o desenvolvimento, que se encontra em curso, de um referencial de proficiência em língua portuguesa específico para o contexto timorense, inspirado no Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas. Um referencial deste tipo permitirá definir planos e cursos de língua portuguesa, avaliar conhecimentos e competências prévios dos candidatos à formação, avaliar a aprendizagem dos alunos, avaliar o próprio processo de formação e certificar conhecimentos e competências de forma rigorosa e cientificamente validada.

Fora do âmbito do ILP, um referencial de proficiência linguística também permitirá aos promotores de cursos de língua portuguesa a construção de programas, de metas de aprendizagem e de níveis de mestria linguística que os formandos devem alcançar.

Um referencial com aceitação pela comunidade científica timorense, pelos decisores políticos, pela Administração Pública e por todos quantos estão envolvidos em formação e divulgação em/da língua portuguesa deve ser visto como um instrumento basilar da política de língua do país. Permitirá a seleção de candidatos à Função Pública de modo rigoroso, a organização de planos de formação com requisitos apurados e bem definidos no seu desenho, estudos científicos sobre perceções e sobre o domínio da língua portuguesa pelos vários setores ou grupos da sociedade, entre muitas outras possibilidades.

---

<sup>5</sup> Como este texto corresponde, com alterações menores, a uma conferência proferida em abril de 2015, alguns dados podem estar desatualizados à data da respetiva publicação.

2. No âmbito da oferta de formação em língua portuguesa dentro da UNTL, há que assinalar os cursos de língua para estudantes de mestrado, para funcionários, para docentes que farão doutoramento em Portugal e aulas extracurriculares para alunos do 1º ano da Licenciatura em Ensino da Língua Portuguesa.

Os docentes do ILP, em articulação com os docentes do Departamento da Língua Portuguesa e alguns do Departamento de Disciplinas Transversais, organizaram portefólios de materiais didáticos para 33 unidades curriculares, essencialmente pertencentes à formação de professores de língua portuguesa. Desta forma, os docentes da UNTL passaram a dispor em 2015 de materiais revistos, organizados e selecionados segundo critérios mais sólidos, que poderão utilizar nas suas aulas.

No início do ano de 2015, vários professores do ILP passaram lecionar cinco unidades curriculares da Licenciatura em Ensino da Língua Portuguesa e de uma da Licenciatura em Filosofia, a pedido dos departamentos respetivos. Esta ação apoia os docentes da UNTL e oferece mais garantias de ensino de qualidade (nomeadamente, porque evita sobrecarga letiva aos docentes ou a constituição de turmas excecionalmente numerosas). Além disso, asseguram a orientação de 18 monografias de final de curso.

Desde fevereiro de 2015, os professores do ILP apoiam igualmente a redação de nove dissertações de mestrado, cujos orientadores se encontram em Portugal e que vêm sentindo dificuldades de comunicação com os estudantes.

Em fevereiro de 2015, o senhor vice-reitor para os assuntos académicos solicitou a oferta de cursos de língua portuguesa e de didática para os docentes da UNTL. Um procedimento básico exige a realização de um exame de diagnóstico, para o posicionamento dos estudantes e a organização de turmas de nível.

Mas foi decidido alargar essa avaliação, realizando um estudo de teor sociolinguístico tendo como público todos os docentes. Utilizando um inquérito, analisar-se-ão as perceções sobre as línguas, quais as que são dominadas pelo público, que práticas culturais e linguísticas são mais comuns, que formação o público teve em língua portuguesa e em didática e complementar-se-ão esses dados com o teste de diagnóstico a língua portuguesa. Desta forma, os decisores da UNTL ficarão com mais informação caracterizadora do universo de docentes, para adotar medidas de modo mais fundamentado. Os instrumentos de recolha de dados encontram-se construídos, faltando somente operacionalizar o processo de aplicação do inquérito e do teste de diagnóstico.

3. Ainda não se avançou com formação para docentes de outras universidades.

4. A formação para os agentes da Função Pública e para a sociedade civil está em fase de preparação, mas, pelo menos para já, exclusivamente em Díli. Tem havido diversos pedidos para o efeito, mas ainda não teve início qualquer curso ministrado ou desenhado pelos docentes do ILP. Espera-se que, em breve, possam ser produzidos objetivos, materiais e orientações didáticas para a lecionação, tanto ao nível da língua portuguesa em termos gerais como do seu domínio para fins específicos.

5. A promoção da língua portuguesa através dos meios de comunicação social apresenta-se como uma estratégia altamente produtiva, se for bem projetada e executada. Contudo, até ao momento é um vetor de possível atuação não explorado.

6. Relativamente à projeção da língua portuguesa no contexto regional, ainda não há frutos visíveis.

## **Potencialidades e riscos**

### **As potencialidades**

Como foi referido acima, a principal potencialidade do ILP reside na construção de um projeto coerente e ambicioso de organização e dinamização do ensino e divulgação da língua portuguesa em todo o país. O ILP é um organismo timorense (ainda que decorra da cooperação com Portugal), instalado numa instituição de prestígio como a UNTL, dirigido por um timorense (o reitor da universidade, que acumula



funções de diretor do ILP), com recursos humanos qualificados (e, espera-se, também em breve com recursos materiais mais adequados) que pode desenvolver numa perspetiva global, de médio e longo prazo, o ensino e a divulgação da língua portuguesa, prestando um serviço de grande relevo à sociedade timorense.

Mais do que cingir-se ao ensino formal, o ILP pode estender a sua ação à conceção de planos de formação, à produção de materiais didáticos, ao desenvolvimento de estudos e à promoção da língua portuguesa para lá dos muros da instituição académica.

Pode mesmo vir a tornar-se uma entidade certificadora das diversas formações ministradas por entidades várias ou fazer o reconhecimento de competências ou proficiência em língua portuguesa para fins diversos.

Uma efetiva promoção da língua portuguesa à escala nacional reduziria as diferenças entre cidadãos e favoreceria o desenvolvimento e a igualdade social.

## **Riscos**

Na fase atual, o maior risco que se apresenta reside na canibalização do ILP pelo Departamento da Língua Portuguesa, visto que este tem consumido e consome ainda a maioria dos recursos humanos disponíveis. Desta forma, o instituto esgota-se em ações internas à UNTL, compreensíveis de um certo ponto de vista, mas limitadoras da ambição e potencial do ILP. Encarar o instituto como um recurso disponível e os seus docentes como mão de obra qualificada pronta para qualquer tipo de função, sem planificação adequada, pode enviesar os seus objetivos e a sua ação.

Ao nível da projeção da língua portuguesa no tecido social timorense, o facto de o ILP responder às solicitações oriundas da sociedade civil e dos órgãos do Estado significa que há abertura a essas solicitações, o que é positivo, mas significa igualmente que o instituto estará a operar por reação, no curto prazo, não sendo proactivo e não mostrando possuir um planeamento estratégico próprio. Isto levanta dificuldades, por exemplo, ao nível da alocação dos recursos humanos.

O atraso na formalização do instituto no quadro da UNTL, mais de um ano depois de o memorando de entendimento ter sido assinado, pode causar alguma estranheza e gerar algumas apreensões, nomeadamente quanto à vontade política de terminar o processo.

Uma ausência de política coerente, a resposta avulsa a solicitações ocasionais ou uma navegação à vista, de curso prazo, podem desestruturar o trabalho e fazer baixar a qualidade, afastando os critérios de cientificidade que devem sempre pautar o trabalho do ILP. Nesse caso, o risco de se tornar num projeto falhado aumenta. Esperemos que esse cenário não venha a concretizar-se.

## **Nota final**

A ação do ILP na formação e na divulgação da língua portuguesa, concretizando um plano estratégico discutido e aceite pela comunidade científica e pelos decisores políticos timorenses, encerra um potencial que ultrapassa os objetivos instrucionais de lecionar a língua. Pode ajudar a preservar a diversidade biocultural de Timor-Leste, dando espaço de vida às línguas maternas, às manifestações culturais e ao modo de vida em harmonia com o território, num clima de democracia e paz social. Como não se salvam línguas por decreto (Ramos, 2009), e só as práticas culturais podem velar pela sua preservação, a diferenciação dos contextos de uso das línguas maternas, do tétum e do português pode vir a constituir um contributo sério para a diversidade linguística. A ação do ILP pode ser, portanto, um pequeno (ou grande) avanço na promoção da qualidade de vida do povo timorense, com *unidade na diversidade*.

## Referências

- CPLP (2014) *Plano de ação de Lisboa*. Comunidade dos Países de Língua Portuguesa [http://www.cplp.org/Files/Billeder/cplp/1-Resol\\_PALis.pdf](http://www.cplp.org/Files/Billeder/cplp/1-Resol_PALis.pdf) (consultado em 31-3-2015).
- Gorenflo, L. J., Romaine, S., Mittermeier, R. A. & Walker-Painemilla, K. (2012). Co-occurrence of linguistic and biological diversity in biodiversity hotspots and high biodiversity wilderness areas. *Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America*. Vol. 109, nº 21, pp. 8032-8037. doi: 10.1073/pnas.1117511109
- Grant, C. (2012). Analogies and links between cultural and biological diversity. *Journal of Cultural Heritage Management and Sustainable Development*, 2:2, pp. 153-163. doi: 10.1080/08145857.2011.576648
- Harmon D. (1995). The status of the world's languages as reported in Ethnologue. *Southwest Journal of Linguistics*, 14, pp. 1-33.
- Harmon D. (1996). Losing species, losing languages: Connections between biological and linguistic diversity. *Southwest Journal of Linguistics*, 15, pp. 89-108.
- Harmon D. (2002). *In Light of Our Differences: How Diversity in Nature and Culture Makes Us Human*. Washington, DC: Smithsonian Institution Press.
- Harre, R., Brockmeier, J. & Mühlhäusler, P. (1999). *Greenspeak. A Study of Environmental Discourse*. Thousand Oaks / London / New Delhi: Sage.
- Krauss M. (1992). The world's languages in crisis. *Language*, 68, pp. 4-10.
- Maffi, L. (2005). Linguistic, Cultural and Biological Diversity. *Annual Review of Anthropology*, 34, pp. 599-617.
- Maffi, L. (2007). Biocultural diversity and sustainability. In Pretty, J. et al. (Eds.). *The Sage handbook of environment and society*. London: Sage, pp. 267-277.
- Moore, J. L. et al. (2002). The distribution of cultural and biological diversity in Africa. *Proc Biol Sci*, 269, pp. 1645-1653. doi: 10.1098/rspb.2002.2075
- Mühlhäusler, P. (2001 (1983)). Talking about Environmental Issues. In Fill, A. & Mühlhäusler, P. (Eds.). *The ecolinguistics reader. Language, ecology and environment*. London / New York: Continuum, pp. 31-42.
- Nettle, D. (1996). Language diversity in West Africa: An ecological approach. *Journal of Anthropological Archaeology*, 15:4, pp. 403-438.
- Oviedo, G., Maffi, L. & Larsen, P. B. (2000). *Indigenous and Traditional Peoples of the World and Ecoregion Conservation: An Integrated Approach to Conserving the World's Biological and Cultural Diversity*. Gland: World Wildlife Foundation International and Terralingua,
- Ramos, R. (2009). *O discurso do ambiente na imprensa e na escola. Uma abordagem linguística*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian / Fundação para a Ciência e a Tecnologia.
- Stepp J. R. et al. (2004). Development of a GIS for global biocultural diversity. In Borrini Feyerabend, G., MacDonald, K. & Maffi, L. (Eds.). *History, Culture and Conservation. Policy Matters 13 (Special issue)*, pp. 267-270.
- Sutherland, W. J. (2003). Parallel extinction risk and global distribution of languages and species. *Nature*, 423, pp. 276-279.
- UNESCO (2005). *Convention on the Protection and Promotion of the Diversity of Cultural Expressions*. [http://portal.unesco.org/en/ev.phpURL\\_ID=31038&URL\\_DO=DO\\_TOPIC&URL\\_SECTION=201.html](http://portal.unesco.org/en/ev.phpURL_ID=31038&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html) (consultado em 31-3-2015). Versão portuguesa: *Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais*. *Diário da República*, 1.ª série, N.º 54, 16 de março de 2007.